

ANÁLISE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL EM COOPERATIVAS DE TRABALHADORES RURAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Antônio João HOCAYEN-DA-SILVA¹
Marcelo José BRAGA²
Adilson Ferreira FARIA³

Resumo

Objetivou-se com este estudo analisar a organização e atuação das cooperativas de trabalhadores rurais em Minas Gerais, caracterizando os problemas que envolvem essas organizações, desde a constituição até a consolidação. A pesquisa pode ser classificada como um estudo de caráter exploratório-descritivo. A coleta de dados foi efetuada por meio da aplicação de seis questionários, enviados por correio, e pela realização de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes de quatro cooperativas. Constatou-se que os gestores buscam promover a participação dos associados por meio de: i) cursos/treinamentos; ii) contatos pessoais, cartas e telefonemas; e iii) reuniões. Os instrumentos utilizados para comunicação são: i) telefone; ii) visita do associado à cooperativa; iii) informativos; e iv) cartas. As ações de planejamento envolvem: i) conhecimento dos recursos; ii) planejamento em médio prazo; iv) sistema de avaliação; e v) análise do ambiente. Os problemas que afetam o processo de constituição das cooperativas são: i) desconfiança dos associados; ii) falta de conhecimento na constituição das cooperativas; e ii) manifestação de interesses individuais. Nas etapas de desenvolvimento e consolidação, os problemas são: i) desinteresse dos cooperados; ii) dificuldades em conseguir serviços; e iii) elevada carga tributária. Conclui-se que as cooperativas de trabalhadores rurais analisadas estão, em geral, promovendo a autonomia dos associados, uma vez que são oferecidos a eles diversos benefícios e serviços que possibilitam o cumprimento de sua função social. As cooperativas de estão ainda enfrentando problemas de natureza interna e/ou externa, que conseqüentemente dificultam e comprometem a realização eficiente das atividades e colaboram para a valorização de interesses individuais.

Palavras-Chave: Trabalho Rural; Cooperativas de Trabalho; Organização do Trabalho.

Abstract

It was objectified with this study to analyze the organization and performance of the cooperatives of agricultural workers in Minas Gerais, characterizing the problems that involve these organizations, since the constitution until the consolidation. The research can be classified as a character study exploratory-description. The collection of data was effected by means of the application of six questionnaires, sent for post office, and the accomplishment of interviews half-structuralized with controllers of four cooperatives. One evidenced that the managers search to promote the participation of the associates by means of: i) courses/training; II) personal contacts, letters and phone calls; e III) meetings. The instruments used for communication are: i) telephone; II) visit of the associate to the cooperative; III) informative; e IV) letters. The actions of planning involve: i) knowledge of the resources; II) planning in average stated period; IV) evaluation system; e v) analysis of the environment. The problems that affect the process of constitution of the cooperatives are: i) diffidence of the associates; II) lack of knowledge in the constitution of the

¹ Mestrando em Administração, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná – CEPPAD/UFPR. E-mail: hocayen@yahoo.com.br

² Professor Adjunto pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Departamento de Economia Rural – DER. E-mail: mjbraga@ufv.br

³ Bacharel em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Departamento de Economia Rural – DER. E-mail: adilsonufv@hotmail.com

cooperatives; e II) manifestation of individual interests. In the stages of development and consolidation, the problems are: i) disinterest of the cooperated ones; II) difficulties in obtaining services; e III) raised tax burden. It is concluded that the analyzed cooperatives of agricultural workers are, in general, promoting the autonomy of the associates, a time who are offered they diverse benefits and services that make possible the fulfillment of its social function. The cooperatives of are still facing problems of internal and/or external nature, that consequently make it difficult and compromise the efficient accomplishment of the activities and collaborate for the valuation of individual interests.

Key-Words: Agricultural Work; Cooperatives of Work; Organization of the Work.

INTRODUÇÃO

As modificações recentes no mundo do trabalho provocaram um crescente aumento nas atividades de terceirização, no número de trabalhadores autônomos e no mercado informal de trabalho, sendo que essas modificações fazem parte de uma reestruturação produtiva mais complexa, que vem provocando profundas mudanças na configuração do trabalho e do emprego. Esse processo gera conseqüências sociais graves e negativas, como a concentração de renda e de poder aos que dominam a tecnologia dos processos produtivos ou mesmo de capital, com o conseqüente agravamento na situação dos desempregados, que estão desprovidos de renda e de garantias trabalhistas.

Segundo Singer (1999, p.104), “algumas das principais formas de exclusão social no Brasil são exclusões de instituições formais. Os excluídos são impedidos de usufruir os direitos legais garantidos apenas aqueles que pertencem a essas instituições”. O autor salienta ainda que para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa.

Nesse ambiente conturbado, as cooperativas de trabalho rural se configuram como alternativa para o trabalhador, pois permitem estabelecer controle da gestão de sua atividade e, principalmente, da organização da qual ele faz parte, pela escolha de dirigentes e definição das políticas e prioridades de atuação. Essas cooperativas possibilitam ainda, resgatar a responsabilidade do saber técnico, do qual o trabalhador é afastado no sistema capitalista, recuperando para o trabalhador uma dimensão humana do trabalho, mais digna, segura e autônoma.

Particularmente no meio rural, no qual prevalece a informalidade, a adoção do modelo de cooperativas de trabalho, em que os trabalhadores gerenciam o trabalho, tem sido uma forma pela qual esses se unem em defesa de seus interesses e para a solução de seus problemas, emancipando-se de terceiros, muitas vezes meros intermediários que fraudam as relações de emprego.

A organização do trabalho rural, proveniente da criação e implementação das cooperativas de trabalhadores rurais, terá influência importante na criação de políticas agrícolas mais adequadas, mediante a participação e o trabalho realizados entre empregadores e trabalhadores rurais e na segurança nas relações de trabalho diminuindo dessa forma os sérios problemas sociais e econômicos pelos quais têm passado os trabalhadores rurais, como o caso dos bóias-frias ou trabalhadores volantes.

Diante desse contexto, objetivou-se neste estudo analisar a forma de organização e atuação das cooperativas de trabalhadores rurais do estado de Minas Gerais, caracterizando, identificando e analisando os problemas que envolvem essas organizações, desde o momento em que são constituídas, até a sua consolidação no mercado, elencando os fatores que atuam como limitantes ao seu desenvolvimento e propondo alternativas que auxiliem a organização e o desenvolvimento de suas atividades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em função das especificidades que entremeiam o tema cooperativismo de trabalho rural na instância dos estudos organizacionais, a seguir são discutidos os aspectos teóricos que nortearam e proporcionaram sustentabilidade ao desenvolvimento do trabalho.

Cooperativas de Trabalho

O nascimento de uma sociedade cooperativa se dá pela necessidade e interesse da coletividade em buscar alternativas de se manter na atividade laborativa com o conseqüente aumento de renda. Todos procuram sair do intermediário trabalhista, que, via de regra, fica com a maior parte do fruto de seu trabalho. Além disso, a cooperativa de trabalho, como uma empresa autogestionada pela coletividade é um instrumento que se enquadra perfeitamente nesse tipo de geração de trabalho e renda.

As causas que têm dado origem em termos gerais, ao nascimento das cooperativas de trabalho são, segundo Coria (1961, p. 78):

- i) depressões econômicas que originaram situações de desemprego e de escassez; ii) situações emergentes, ou seja as ocasionadas por guerras ou por ciclones; e iii) é a forma mais adequada para resolver determinados e concretos problemas econômico-sociais.

No primeiro seminário brasileiro das cooperativas de trabalho, realizado em fins de 1981, foi definido que as cooperativas de trabalho são organizações de pessoas físicas, de uma ou mais categorias de trabalhadores, reunidos para o exercício profissional em comum, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, tendo como base primordial, o retorno ao cooperado, do resultado de sua atividade laborativa, deduzidos exclusivamente os custos administrativos, a reserva técnica e os fundos sociais.

Segundo Semisa (1980, p. 84), a cooperativa de trabalho pode ser entendida como:

i) a associação de pessoas que se reúnem para trabalhar em comum, com o esforço conjugado de todos, com o fim de melhorar a sua situação social e econômica; deixando de ser assalariados para transformar-se em donos de seu próprio destino; ii) uma fonte de produção ou de prestação de serviços, governada, administrada e desenvolvida unicamente por seus associados trabalhadores, todos com os mesmos direitos e obrigações; e iii) a união de vontades postas ao serviço de uma causa comum que respira a liberdade humana e objetiva conseguir condições de trabalho justas.

Em épocas duras como as de hoje, com grandes concentrações de trabalhadores querendo sem sucesso produzir, as cooperativas de trabalho costumam ser vistas por um número sempre maior de pessoas, como uma alternativa para a obtenção de trabalho e de renda. E para muitos têm sido de fato uma alternativa. Dessa forma Pereira (2001, p. 2) define as cooperativas de trabalho como:

Uma alternativa ao emprego assalariado com o propósito de aumentar os benefícios de quem trabalha. Não são saídas para o desemprego. Elas podem até representar uma opção para o desemprego de um certo número de trabalhadores desempregados, mas não é panacéia. Em nível de uma economia inteira, as cooperativas transferem empregos, podendo no entanto contribuir para um pequeno aumento líquido no nível geral de emprego, se inovações e o estímulo empresarial gerarem uma queda de custos e/ou uma ampliação e diversificação de bens e serviços.

As cooperativas de trabalho estão presentes em diversos países, sendo consideradas de suma importância para a economia. Em reconhecimento de sua função social, como a de correção das desigualdades do meio em que estão inseridas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua recomendação 127/66 declara que com a finalidade de “melhorar as oportunidades de emprego, as condições de trabalho e as receitas dos trabalhadores agrícolas sem terras, eles deveriam ser ajudados, quando for conveniente, a organizarem-se voluntariamente em cooperativas de trabalho”.

Organização do Trabalho Rural por meio das Cooperativas

No cooperativismo de trabalho o homem deixa de ter vínculo empregatício, não estando mais sujeito às normas trabalhistas da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e passa a gerir seu próprio trabalho, transformando-se em patrão de si mesmo. As vantagens daí decorrentes se estendem além dos benefícios ao próprio trabalhador, que é mais bem remunerado e não trabalha de forma alienada, alcançando também o tomador do serviço, visto que além de diminuir o custo inerente ao processo produtivo, está livre de burocracias do sistema tradicional de relações trabalhistas.

O objetivo dessas cooperativas é contratar, com empresários rurais, mediante acordos verbais ou escritos, a execução, pelos associados, de tarefas vinculadas direta ou indiretamente à produção agropecuária, tendo sempre em vista obter para seus membros melhor remuneração e condições de trabalho, do que obteriam individualmente.

Os princípios cooperativistas são conceituados segundo Alves (1980, p. 35), como:

Idéias invariáveis ou linhas-mestras que determinam as características essenciais de uma

sociedade cooperativa em face de outras formas de organização, servindo de modelo pelo qual se mede toda atividade cooperativa existente e autêntica. Assim, os princípios seriam um sistema de idéias abstratas que os cooperados deduziram de sua própria experiência prática e que provaram no passado, ser as mais adequadas diretrizes para todos os que desejam fundar cooperativas eficientes e duradouras.

Quem se associa a uma sociedade cooperativa, está aceitando o que foi estabelecido anteriormente. Todos os que participaram da assembléia geral, sabem qual vai ser a justa remuneração de seus trabalhos e que ao seu valor, serão adicionados os tributos, os custos do serviço e a taxa de administração, formando-se o preço do serviço a ser prestado.

Problemas Referentes às Cooperativas de Trabalho

No recente desenvolvimento das cooperativas de trabalho ou de serviços, é preciso analisar que cooperativas “fantasmas” surgem ao lado das verdadeiras. Há empresários que constituem cooperativas de trabalho para fugir da mão-de-obra assalariada com todos os seus encargos sociais e obrigações trabalhistas. Na área rural, tais organizações têm surgido por iniciativa de intermediários do trabalho, que criam cooperativas de bóias-frias ou de assalariados rurais, para maior exploração da mão-de-obra rural.

Falcão (2001, p. 1) define que:

As cooperativas de trabalho começaram a atuar em grande número após a modificação do artigo 442 da CLT, introduzida com a Lei n.º 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que recebeu um parágrafo único, acrescentando que qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela.

Até a década de 90, a maioria dos sindicatos tinha uma atitude de reserva ou até mesmo de resistência em relação às cooperativas. O ingresso de associados em cooperativas de trabalho diminuía o número de associados dos sindicatos e, conseqüentemente, o poder de articulação dos sindicatos. Havia ainda a própria legislação trabalhista vigente desde 1930, com acentuados traços corporativistas e paternalistas, mantendo o sindicalismo e o movimento operário atrelado à política trabalhista governamental.

Falcão (2001) salienta que o parágrafo adicionado ao art. 442 da CLT revela nitidamente uma má interpretação e uma lei redigida, no máximo, de forma equivocada, principalmente, na parte em que se refere a *nem entre estes e os tomadores de serviço daquela*, pois se aplicável tal preceito as pseudocooperativas, verifica-se um desvirtuamento da concepção do sistema de cooperativismo.

Hoje imperam transformações no mercado de trabalho que provocam novos impactos na relação de trabalho, nas relações entre empregados e contratantes. Nesse contexto, surge o reconhecimento de que existem outras formas de trabalho, que não o assalariado. O cooperativismo de trabalho é um instrumento de proteção social a serviço

da sociedade sem custo social.

Os principais problemas enfrentados pelas cooperativas de trabalho consistem, segundo Louis (1986, p. 142-143), em:

- i) composição do grupo; ii) insuficiente formação técnica, profissional, administrativa e cooperativa dos sócios e responsáveis; iii) insuficiência de relações entre as próprias cooperativas de trabalhadores; e iv) relação das cooperativas de trabalho com sindicatos, por uma parte, e com os poderes públicos, por outra parte, já que se trata de seu estatuto, de sua tutela e da atribuição.

Diante de tal perspectiva faz-se necessário o envolvimento conjunto das cooperativas de trabalho e dos órgãos responsáveis pela sua fiscalização, a fim de criar mecanismos legais que propiciem a solução e a remediação das questões que inibem o desenvolvimento e o fortalecimento do cooperativismo de trabalho.

Falsas Cooperativas de Trabalho

A ocorrência de cooperativas de trabalho no meio rural é maior do que no meio urbano. No entanto, é maior também no meio rural, a existência de fraudes relacionadas à forma de atuação dessas organizações e ao modo de prestação dos serviços pelos cooperados, uma vez que a fiscalização realizada pelos órgãos governamentais é falha.

A figura do intermediário “gato”, que é a pessoa encarregada de organizar a mão-de-obra para o trabalho em propriedades rurais, normalmente em caráter temporário, é comum no meio rural brasileiro, originando as “gatocooperativa”, organizações criadas com o interesse de reduzir os custos de mão-de-obra (GOMES, 2005).

Polônio (1999) chama a atenção para o fato de que o acentuado crescimento da intermediação de mão-de-obra pela contratação de cooperativas de trabalho, teve início a partir da inclusão do parágrafo único no art. 442 da CLT, o qual reafirma inexistir vínculo de emprego, *quer entre os associados e a cooperativa, quer entre a cooperativa e o tomador dos serviços*, regra essa já existente no art. 90 da própria Lei n.º 5.764/71, quando estabelecem que *qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados*.

O que se observa na prática é que a finalidade precípua do trabalho cooperativo, o aperfeiçoamento das relações de trabalho, vindo de encontro à solução de problemas sociais graves, gerados pelo contexto atual de desemprego, não se concretiza no caso brasileiro, em função da falta de preocupação social, de incentivo ao aumento do nível de escolaridade, de investimento na saúde e sua prevenção, moradia e outros fatores, princípios básicos para a sobrevivência de um povo. Essas organizações, que deveriam sanar os problemas sociais, surgem em alguns casos, para baratear custos de produção e para desviar a aplicação dos direitos trabalhistas, funcionando como prestadoras de serviços especializados a terceiros, utilizando muitas vezes mão-de-obra desqualificada.

Mesmo refletindo essas dificuldades, não se pode generalizar a todas as cooperativas esse tipo de fraude. Apesar da existência de problemas, não se pode deixar de observar que as cooperativas de trabalho trouxeram a muitos trabalhadores a possibilidade de subsistência e de gerirem seu próprio negócio. O que importa é a aplicação das cooperativas de trabalho nos moldes da lei, do contrário, não se praticará uma relação de associação e sim de emprego, flagrante atentado à legislação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Haja vista que, as cooperativas de trabalho são uma realidade nos dias atuais e os resultados da pesquisa servirão para fins práticos, fornecendo aos interessados, orientações diversas, o presente trabalho, metodologicamente, foi desenvolvido em três etapas, as quais são: i) revisão bibliográfica; ii) levantamento dos dados com aplicação de questionários e realização de entrevistas; e iii) análise dos dados de acordo com o objetivo proposto.

Em virtude do tema delimitado na pesquisa ser ainda pouco estudado no Estado de Minas Gerais, justificou-se classificar a pesquisa como um estudo de caráter exploratório, no qual, foi efetuada uma extensa pesquisa bibliográfica de modo a caracterizar as diferentes abordagens teóricas adotadas, além de conversas com agentes de órgãos representantes do setor e com pesquisadores especialistas na área do estudo. Saunders, Lewis e Thornhill (2000) enfatizam que os estudos exploratórios, são desenvolvidos, primordialmente, por pesquisas bibliográficas, com denso diagnóstico na literatura, por meio de conversas com outros pesquisadores especialistas na área, buscando informações sobre as especificidades do fenômeno pesquisado.

Por descrever as características específicas da realidade que envolve o fenômeno estudado, com base nas diferentes categorias analíticas estabelecidas como dimensões que melhor contextualizam o tema proposto, a presente pesquisa pode ser ainda definida como descritiva. Nesse sentido, Neuman (1997) salienta que a pesquisa descritiva visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando para tanto um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações.

De acordo com essa classificação adota-se como nível de análise, o organizacional, representado pelas cooperativas de trabalhadores rurais analisadas, e como unidade de análise, as categorias analíticas que nortearam a análise da gestão organizacional nessas organizações.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por um estudo sistematizado realizado a partir de materiais diversos (VERGARA, 1998), buscou-se, portanto, em função dessa

revisão levantar todo o material (livros, revistas, jornais e Internet) acerca dos temas propostos, objetivando-se constituir uma fundamentação teórica mais consistente com a realidade do fenômeno estudado.

A coleta de dados para a realização do trabalho foi feita, conjugando-se métodos quantitativos, com aplicação de seis questionários e de métodos qualitativos, pela realização de quatro entrevistas diretamente nas sociedades cooperativas, sendo possível dessa forma, conhecer a realidade dessas organizações em algumas regiões do Estado de Minas Gerais.

Lakatos e Marconi (1991) destacam que a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Concluído o levantamento dos dados, procedeu-se à análise com o intuito de se responder ao objetivo do trabalho de acordo com o referencial teórico adotado.

A amostra reduzida a dez cooperativas foi ocasionada pela limitação de recursos financeiros para o deslocamento dos pesquisadores até as cooperativas e pela abstenção de diversas cooperativas em responderem aos questionários enviados. Sendo assim, procurou-se envolver na amostra diferentes cooperativas, de modo que fossem estudados diversos casos em diferentes regiões do estado de Minas Gerais.

Esse reduzido número gera a impossibilidade de se inferir generalizações por parte dos pesquisadores, uma vez que não se pode garantir que o grupo de cooperativas analisadas representa, caracteristicamente, o universo objeto de estudo.

Uma segunda limitação da pesquisa seria não se ter envolvido a percepção dos associados das cooperativas em relação à eficiência dos instrumentos utilizados pelos gestores para promover a participação nas assembléias, bem como o processo de comunicação e de gestão da organização, pois os cooperados são os mais interessados na eficiência da organização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhadores rurais têm procurado associar-se às cooperativas de trabalho devido, entre outros fatores, à falta de emprego, à mecanização das propriedades, que substitui um grande número de trabalhadores e à inexistência de políticas governamentais para o desenvolvimento do meio rural, proporcionando ao produtor condições de se manter no campo, diminuindo entre outros fatores o êxodo rural.

Proporcionar uma melhoria nas condições de vida e um aumento na renda, são os objetivos principais que levam os trabalhadores rurais a organizarem sua mão-de-obra em

cooperativas de trabalho. Apesar da grande motivação dos trabalhadores rurais para ingressar nas cooperativas de trabalho, nota-se a existência de requisitos para associação de novos cooperados, utilizados para manter determinado controle e garantir certa homogeneidade no quadro de associados da cooperativa.

De acordo com a Tabela 01, observa-se que 57% das práticas estabelecidas não exigem requisitos para associação de cooperados, ou seja, qualquer pessoa que tenha interesse pode tornar-se cooperado, desde que cumpra as exigências estabelecidas em estatuto. Em 14% dos requisitos, exige-se que o pretendente desenvolva as mesmas atividades do grupo, fato que contribui para a especialização da cooperativa em determinado setor de atividade do mercado de trabalho, e em outros 29% dos requisitos, requer-se que o interessado possua idade superior a 16, 18 ou 21 anos.

Tabela 01: Requisitos e motivação para a associação de cooperados.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Requisitos para Associação	07	100
Qualquer um pode se associar	04	57
Desenvolver a mesma atividade do grupo	01	14
Idade superior a 16, 18 ou 21 anos	02	29
Motivação para Ingresso	06	100
Confiança no sistema cooperativista	02	33
Falta de emprego no mercado de trabalho	01	17
Ambas as alternativas	02	33
Sistema de trabalho mais democrático	01	17

Fonte: Resultados da pesquisa.

Pode-se observar pela Tabela 01, que em relação às motivações dos trabalhadores quando buscam ingresso numa cooperativa de trabalho rural, 33% delas estão relacionadas à confiança do pretendente no sistema cooperativista, 17%, estão ligadas à falta de emprego no mercado de trabalho, em 33% das motivações, a confiança no sistema cooperativista e a falta de emprego no mercado de trabalho são os principais fatores que levam as pessoas a se tornarem cooperados e em 17%, as motivações estão relacionadas ao fato de que sendo associado, é possível participar de um sistema de trabalho mais democrático.

Apesar de o cooperativismo de trabalho ser pouco difundido no Brasil, e pelo fato de ser um modelo novo de contratação, observa-se que os trabalhadores, quando ingressam nas cooperativas de trabalho rural, têm como motivação, a confiança no sistema cooperativista. Essa confiança pode ser explicada pela imagem positiva que algumas cooperativas de trabalho possuem no mercado, em decorrência das vantagens proporcionadas aos cooperados, transmitida para outros trabalhadores pelos círculos de

amizades e por serviços prestados aos tomadores de serviços.

Entretanto, observa-se que o principal fator que tem levado os trabalhadores a buscarem o ingresso nas cooperativas de trabalho é a falta de emprego no mercado formal. Com o crescente desemprego estrutural, que atinge parcela considerável da população brasileira, as cooperativas de trabalho rural, pela organização e atuação no mercado por meio da terceirização das atividades dos tomadores de serviços, facilitam a contratação dos trabalhadores, fornecendo-lhes a oportunidade de auferir renda por seu trabalho.

Tabela 02: Autonomia dos cooperados na cooperativa.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Oferecimento de Cursos	05	100
Sim	03	60
Não	02	40
Especificação do Curso	06	100
Cultura em geral	01	17
Cooperativismo	03	50
Cursos e treinamentos especializados	02	33
Fornecimento de Benefícios e Serviços	06	100
Sim	06	100
Não	00	0
Especificação de Benefícios e Serviços	13	100
Seguros diversos	02	15
Assistência médica e odontológica	03	23
Assessoria jurídica	01	8
Plano de saúde	01	8
Material de trabalho	01	8
Assistência financeira	03	23
Outros	02	15

Fonte: Resultados da pesquisa.

As cooperativas de trabalho rural são organizações cujos produtos oferecidos ao mercado consumidor, são os serviços desenvolvidos por seus cooperados. Desse modo, quanto melhor a qualidade de seus serviços, maior será sua aceitação no mercado. No entanto, para que as cooperativas de trabalho consigam melhorar a qualidade dos serviços, possuindo profissionais altamente qualificados, é necessário que ofereçam aos seus cooperados, cursos e treinamentos, objetivando desenvolver novas habilidades e aperfeiçoar as já existentes, atendendo assim à demanda do mercado de forma eficiente.

De acordo com a Tabela 02, 60% das cooperativas analisadas oferecem cursos aos cooperados, demonstrando-se preocupadas com a qualidade dos serviços prestados e com a qualificação dos associados. Com relação aos cursos oferecidos pelas

cooperativas, observa-se que 17% dos cursos abordam temas relacionados à cultura em geral, 50% dos cursos envolvem temas relacionados ao cooperativismo e ao associativismo e 33% envolvem treinamentos especializados, buscando aprimorar as atividades específicas de cada associado. As cooperativas devem promover cursos sobre cooperativismo com o objetivo de proporcionar maior integração dos cooperados, pois conhecendo em profundidade o sistema ao qual estão inseridos, os cooperados poderão desenvolver de forma autônoma, suas atividades e participar mais ativamente do desenvolvimento da organização.

Apesar das dificuldades advindas das especificidades do trabalho rural realizado pelos cooperados e da baixa escolaridade encontrada entre os trabalhadores, é imprescindível o desenvolvimento pelas cooperativas, de programas de capacitação permanente para o quadro social da organização, uma vez que uma melhor qualificação profissional implica em maior satisfação dos clientes da cooperativa e no fortalecimento da organização no mercado. Além de oferecer cursos, as sociedades cooperativas devem apresentar vantagens aos cooperados, sendo o oferecimento de benefícios e serviços, um instrumento que apresenta as vantagens que os trabalhadores podem obter em uma cooperativa.

Pode-se observar pela Tabela 02, que todas as cooperativas analisadas oferecem aos cooperados algum tipo de benefício ou serviço. Os serviços e/ou benefícios disponibilizados pela cooperativa aos cooperados compõem-se em 15% de seguros diversos; 23% em assistência médica e odontológica; 8% em serviços de assessoria jurídica; 8% em plano de saúde aos cooperados; 8% em material de trabalho, como rádios comunicadores, luvas, botas, máscaras e ferramentas, necessários à consecução de suas atividades; 23% em serviços de assistência financeira aos cooperados e 15% em serviços e benefícios que incluem convênios com outras organizações.

A prestação de serviços dos cooperados aos tomadores deve ser realizada de modo que não se estabeleça vínculo empregatício entre ambos, pois os cooperados atuam no mercado como autônomos e como tal, possuem autonomia na realização de suas atividades. Sendo as sociedades cooperativas, empreendimentos autogestionários, é imprescindível que os associados possuam autonomia na tomada de decisões que envolvam os objetivos e as metas da organização.

Tabela 03: Autonomia dos cooperados em relação aos tomadores de serviços.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Cooperados Sujeitos a Horários e Regulamentos	06	100
Sim	01	17
Não	05	83

Responsáveis pela Prestação dos Serviços Contratados	06	100
Por qualquer um dos cooperados da cooperativa	05	83
Por cooperados escolhidos pela cooperativa	01	17

Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 03, em 83% das cooperativas analisadas, os serviços contratados pelos tomadores são prestados por qualquer um dos cooperados, sem distinção entre eles. Em 17% os serviços contratados pela tomadora são prestados por cooperados escolhidos pela cooperativa de acordo com as características do trabalho a ser realizado e a especialização de cada cooperado, bem como, de acordo com o interesse dos responsáveis pela escolha, caso existam grau de parentesco, relações de amizade, interesses individuais ou políticos.

Em 17% das cooperativas analisadas, os associados estão sujeitos a horários e a regulamentos do tomador de serviço quando estão realizando as atividades para as quais foram contratados. Em 83% das cooperativas, os cooperados prestam os serviços de forma aleatória, sem qualquer tipo de controle ou fiscalização exercido pelos tomadores de serviços, estando os cooperados apenas sob a supervisão de um responsável da cooperativa (Tabela 03).

Os associados das cooperativas de trabalhadores rurais não possuem domínio das funções administrativas e acabam delegando essas funções a pessoas capacitadas para a gestão de seus recursos, os gerentes. As decisões da cooperativa são tomadas em assembleias gerais, estando os administradores subordinados a elas, devendo seguir as instruções dos cooperados e prestar contas a eles, uma vez que, a gestão deve ser realizada democraticamente, com a participação dos cooperados no processo de tomada de decisões.

Tabela 04: Organização administrativa da cooperativa.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Instrumentos Utilizados na Gestão da Cooperativa	18	100
Planejamento	04	22
Analises do ambiente interno e externo	02	11
Conhecimento dos recursos disponíveis	05	28
Possuidor de esquema político para as operações	01	5,5
Operações planejadas em médio prazo	02	11
Sistema de avaliação periódica	03	17
Inexistência de um plano de gestão definido	01	5,5
Sistema de trabalho mais democrático	01	17

Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 04, as cooperativas analisadas utilizam diversos procedimentos para administrar a organização. Em 22% delas é realizado um tipo de

planejamento, estabelecendo-se as metas da organização, em 11% é realizada uma análise do ambiente externo e interno, definindo-se pontos fortes e fracos. Em 28% os recursos disponíveis são utilizados para estabelecer as políticas de ação, em 5,5% existe um esquema político para a definição das operações, em 11% planejam-se as operações da cooperativa em médio prazo, em 17% utiliza-se um sistema de avaliação periódica e em 5,5% não é adotado instrumento de apoio administrativo.

As cooperativas de trabalho utilizam diversos métodos para conquistar maior adesão de seus cooperados aos acontecimentos internos da organização, sendo a busca pela participação ativa de todos os cooperados nos processos desenvolvidos, o objetivo único de todos os responsáveis pelo processo de motivação dos cooperados. O repasse de informações da cooperativa aos seus associados promove o fortalecimento da organização por dotar os cooperados de instrumentos que possibilitam uma participação mais ativa, levando-os a questionar as decisões tomadas e a tomar decisões mais consistentes.

Tabela 05: Processo de comunicação da cooperativa.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Meios de Comunicação Utilizados	19	100
Rádio	03	16
Televisão	01	5
Jornais	04	21
Cartas	03	16
Informativos	02	11
Murais	02	11
Visita do associado à cooperativa	01	5
Internet	01	5
Telefone	01	5
Contato direto através de visitas e supervisão	01	5
Assuntos Tratados com Maior Frequência	20	100
Informes gerais	04	20
Temas do cooperativismo	04	20
Convocações para reuniões	03	15
Convocações para assembleias	04	20
Convocações para trabalho	04	20
Ações judiciais	01	5

Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 05, as cooperativas de trabalho rural analisadas utilizam diversos instrumentos no processo de comunicação entre a organização, os cooperados e o mercado. O rádio é um instrumento utilizado em 16% dos casos, o telefone em 5%, jornais locais e nacionais em 21%, cartazes informativos em 16%, informativos impressos

em 11%, murais em 11%. Visitas dos associados à cooperativa, um contato mais direto entre os atores sociais envolvidos, corresponde a 5%, Internet a 5%, telefone a 5% e contato direto com visitas e supervisões a 5%.

Esses mecanismos de informações são utilizados pelas sociedades cooperativas para tratar de assuntos variados, como informes diversos, notícias referentes ao cooperativismo, divulgações de cursos, seminários, palestras e congressos, bem como convocações e resultados de ações judiciais. Esses mecanismos de comunicação das cooperativas de trabalho são utilizados como instrumentos de administração que auxiliam os gestores da organização.

Os assuntos tratados com maior freqüência pelas cooperativas, pelos diversos instrumentos de comunicação, dividem-se em 20% para informes gerais, em 20% são tratados assuntos relacionados ao cooperativismo em geral, em 15% são convocações para reuniões dos diretores ou de pequenos grupos de cooperados, em 20% são convocações para assembléias ordinárias ou extraordinárias, em 20% são convocações para trabalhos e em 5% são para divulgação de ações judiciais que envolvem a cooperativa (Tabela 05).

No momento da constituição de uma cooperativa de trabalho rural ou no desenvolvimento de suas atividades no mercado, surgem diversos problemas internos e externos à organização, que poderão comprometer significativamente a consolidação da cooperativa no mercado. Caso tais problemas não sejam resolvidos no início, continuarão presentes na cooperativa ao longo do tempo, dificultando o estabelecimento e o crescimento da organização no mercado ou ainda, ocasionarão a extinção da mesma.

Tabela 06: Problemas na constituição e no desenvolvimento da cooperativa.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Problemas na Constituição da Cooperativa	11	100
Existência de desconfiança no sistema	03	27,5
Pouco conhecimento sobre criação de cooperativas	03	27,5
Existência de pessoas com interesses individuais	02	18
Cultura e comprometimento dos cooperados	02	18
Problemas com a legislação fiscal e trabalhista	01	9
Problemas no Desenvolvimento das Atividades	10	100
Dificuldades em conseguir serviços	03	30
Dificuldades em conseguir reconhecimento	01	10
Problemas com a carga tributária incidente	01	10
Minis. do Trabalho e Minis. Público do Trabalho	02	20
Problemas políticos	02	20
Problemas jurídicos	01	10

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Tabela 06 apresenta os diversos problemas constatados nas cooperativas de trabalho rural em Minas Gerais, no momento da sua constituição. Em 27,5% dos problemas apresentados observa-se a falta de confiança no sistema cooperativista, devido ao fato de ser o trabalho cooperativo uma nova forma de organização das atividades dos trabalhadores e principalmente, pelos diversos problemas que vem ocorrendo nas cooperativas de trabalho referentes à sua atuação no mercado.

Constatou-se que 27,5% dos problemas estão relacionados com o pouco conhecimento que os membros fundadores das cooperativas possuíam acerca dos mecanismos de criação de sociedades cooperativas. Percebe-se assim, que tais problemas estão estritamente relacionados com a falta de confiança dos trabalhadores no sistema, colaborando para aumentá-los, pois os membros fundadores poderão constituir uma organização desvirtuada de todo o ideário cooperativista, ocasionando prejuízos ao quadro de associados, acarretando problemas judiciais com os órgãos de fiscalização.

Observa-se que 18% dos problemas encontrados nas cooperativas reference ao fato de que a cooperativa foi constituída por pessoas que tinham interesses individuais, que não buscavam a união e o crescimento coletivo do grupo. O oportunismo dentro das cooperativas de trabalho rural é um dos graves problemas do cooperativismo que os fiscais do Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho estão observando atentamente em suas fiscalizações, uma vez que inúmeras cooperativas são constituídas por pessoas ligadas a empresas, tendo como único objetivo fraudar a legislação trabalhista e favorecer a si próprias com a diminuição dos custos operacionais.

Outros problemas encontrados nas cooperativas de trabalho estão 18% relacionados à cultura e comprometimento dos cooperados e 9% ligados a problemas com a legislação fiscal e trabalhista, que compromete significativamente a cooperativa no desenvolvimento organizacional.

Pode-se observar que pela relação entre os diversos problemas demonstrados pelas cooperativas de trabalho no momento de sua constituição, esses estão basicamente relacionados com a imagem que a organização tem no mercado e os poucos conhecimentos que os fundadores possuem sobre os mecanismos para a sua constituição. A cooperativa é uma organização que tem muitas particularidades e paradigmas a serem vencidos e compreendidos, além de ser uma nova forma de organização e contratação dos trabalhadores, necessitando da participação ativa deles exercendo plenamente os seus direitos e deveres como associados, buscando a autonomia de suas atividades.

Na atuação das cooperativas de trabalho no meio rural, uma das finalidades seria a

prestação de serviços ao quadro social da organização. Um desses serviços seria a colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, só que, por diversas razões, 30% dos problemas constatados nas cooperativas de trabalho no desenvolvimento de suas atividades estão relacionados com a dificuldade de conseguir serviços para os cooperados como observado na Tabela 06.

A dificuldade de conquistar postos de trabalhos para os associados, devido à falta de tomadores de serviços, está relacionada com a rigorosa fiscalização exercida pelos fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT), que autuam as cooperativas, ou mesmo os tomadores de serviços com a aplicação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), deixando os tomadores receosos em relação à contratação.

Outros motivos que justificariam as dificuldades das cooperativas em conquistar postos de trabalho, seriam a baixa qualificação profissional dos associados, os diversos problemas presentes na estrutura organizacional da cooperativa, a falta de análise dos mercados nos quais os cooperados irão desenvolver suas atividades, não verificando a demanda. Dificultando a afirmação no mercado e o desenvolvimento de suas atividades, o que corresponde a 10% dos problemas que a cooperativa tem, conforme observado na Tabela 06.

Observa-se que os outros problemas presentes nas cooperativas de trabalho rural se dividem em 10% para a carga tributária incidente sobre as atividades desenvolvidas, 20% para os problemas relacionados com o Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho exigindo da cooperativa a sua legalização nos aspectos constitutivos e nos contratos firmados, 20% para os problemas ligados à política e 10% para os problemas de ordem jurídica.

Segundo a Constituição Brasileira as cooperativas devem ter um tratamento diferenciado, em decorrência de suas especificidades, que, caso não seja respeitado, as prejudica em relação às sociedades comerciais, uma vez que as cooperativas não conseguirão melhores negociações com os contratantes e conseqüentemente, novos postos de trabalho para os cooperados.

Tabela 07: Problemas da cooperativa com o Ministério Público do Trabalho.

Variáveis	Quantidade	Percentual (%)
Ocorrência de Problemas com o Ministério do Trabalho	10	100
Sim	08	80
Não	02	20
Especificação dos Problemas	15	100
Ações trabalhistas	03	20
Fiscalização junto ao tomador de serviços	04	27
Denúncia de sindicatos	03	20

Fonte: Resultados da pesquisa.

Entre os problemas enfrentados pelas cooperativas de trabalho analisadas, existem aqueles que envolvem as cooperativas, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. De acordo com a Tabela 07, 08 das 10 cooperativas analisadas apresentaram diversos problemas com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, totalizando 15 manifestações distintas de problemas, sendo 20% dos problemas relacionados a ações trabalhistas movidas por cooperados e funcionários na busca de seus direitos após se desligarem da organização. As cooperativas são responsáveis por todos os direitos trabalhistas decorrentes de seus empregados, por não serem os mesmos, associados da cooperativa. Os cooperados que buscam seus direitos trabalhistas na justiça do trabalho, justificam esta atitude, pela forma com que aderiram à organização, adesão essa imposta pelos tomadores de serviços.

Muitos cooperados consideram ainda que ao desenvolverem suas atividades como trabalhador em nome da cooperativa, estavam presentes os requisitos para a caracterização do vínculo empregatício, como pessoalidade, subordinação e eventualidade.

Entre os diversos problemas constatados nas cooperativas de trabalho com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, 33% desses referem-se a ações civis públicas movidas pelo Ministério do Trabalho devido ao fato de reconhecer as cooperativas de trabalho como legítimas, 27% referem-se à fiscalização realizada junto aos tomadores de serviços, uma vez que foram caracterizados os requisitos para o vínculo empregatício e 20% dos problemas estão relacionados a denúncias realizadas por sindicatos de trabalhadores, por considerarem que os trabalhadores eram prejudicados por essa forma de organização, pois estavam perdendo seus direitos trabalhistas.

As cooperativas de trabalho são organizações reconhecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Constituição Brasileira, portanto, os fiscais devem ser orientados a desenvolverem suas atividades de forma a respeitar as iniciativas das cooperativas, autuando as “pseudocooperativas” e não deixando que elas prejudiquem o sistema como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os meios encontrados com freqüência pelos trabalhadores apontam para as atividades econômicas informais e aquelas associativas e coletivas, que se transformam em empreendimentos nos quais são proprietários e trabalhadores que vão competir no mercado com as empresas capitalistas tradicionais. As linhas determinantes

da economia popular solidária ainda estão em processo, mas se apresentam como caminhos possíveis e alternativos.

Pelas investigações e atividades já realizadas, indica-se que o trabalho associado proporciona uma situação de estabilidade aos envolvidos, há muito não sentida nem mesmo pelos trabalhadores empregados, que vêm passando por situações de insegurança pela ameaça sempre presente de desemprego. Também sentida por aqueles que estão inseridos em postos flexíveis de trabalho, onde se sabe que é temporário e, ora estão integrados ora não, no mercado de trabalho.

A convivência coletiva permite aos trabalhadores, um meio de vida e renda, proporcionando considerável segurança, visto que deles dependem, em grande medida, o seu futuro e o sucesso de seu empreendimento, não mais de um patrão ou empregador, ao qual deviam obediência. Obviamente, há também riscos e inseguranças, principalmente por tratar-se de situações muitas vezes não vividas ainda e por esses empreendimentos estarem conectados com o mercado capitalista.

As cooperativas de trabalho rural devem informar-se sobre a forma como estão sendo desenvolvidos os trabalhos dos cooperados perante o mercado e controlar participativamente essa atuação, transmitindo aos associados informações claras e coesas sobre os trabalhos terceirizados e sobre o sistema cooperativista, para que não percam a autonomia perante os tomadores de serviços. Sempre que possível, a cooperativa deve transmitir informações aos tomadores de serviços de como devem ser realizadas as atividades pelos cooperados, de forma que, caso os mesmos necessitem fazer algum tipo de observação, que a comuniquem diretamente à cooperativa, para que ela passe essas informações aos cooperados.

Percebe-se que, pelos problemas constatados nas cooperativas de trabalho rural analisadas, diversos são os responsáveis, como os cooperados, dirigentes e tomadores de serviços. Os tomadores de serviços deveriam adequar a forma de trabalho cooperativo às suas atividades. Os cooperados, que ao ingressarem na organização e no dia-a-dia no desenvolvimento de suas atividades, não buscam a autonomia das atividades, o que não se justifica pela baixa escolaridade. Encontra-se essa falta de conscientização em diversos sub-ramos do cooperativismo de trabalho, até mesmo nos mais especializados, como os serviços de saúde e informática. Os dirigentes são os principais responsáveis pelos problemas pois permitem a caracterização do vínculo empregatício.

Atualmente, muitas cooperativas de trabalho são criadas sem nenhum acompanhamento que lhes forneça orientação para a constituição e atuação no mercado, o que só ocorre com o tempo. Até a organização conseguir sua regulamentação, percebe-

se que a atuação ocorre com base na tentativa e erro, muitas vezes sujeitando os cooperados a tipos de trabalhos que não estão de acordo com os serviços terceirizados, sendo esse motivo, a principal causa das reclamações trabalhistas.

Em síntese, o processo de cooperação produtiva é um dos caminhos que devem ser trilhados. Ele pode transformar o meio social, embora seja um processo de conquista gradativa. Pode fortalecer a democracia e a solidariedade ou apenas estagnar-se dentro dos limites das relações mercantis e capitalistas dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. J. F. **O cooperativismo e os princípios cooperativos na constituição portuguesa**. Coimbra: COIMBRA, 1980.

CORIA, R. R. **Introducción al estudio del cooperativismo**. México: Talleres Gráfico de la Nación, 1961.

FALCÃO, N. **As cooperativas de trabalho**. Belo Horizonte: Ministério da Previdência Social, 2001.

GOMES, D. O. **Sociedades cooperativas, terceirização e caracterização do vínculo empregatício**: problemática, proibições e possibilidades de admissão. Acesso em: 04, de outubro de 2005. Disponível em: (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7310>).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LOUIS, R. **Cooperativas de mano de obra**. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad social, 1986.

NEUMAN, L. W. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

PEREIRA, A. F. **Cooperativas**: mudanças, oportunidades e desafios. Brasília: Estação Gráfica para OIT, 2001.

POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. Harlow, England: Pearson Education, 2000.

SEMISA, D. **Manual de cooperativas de trabajo**. Bueno Aires: Intercoop, 1980.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.